

**PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) COMO GERADOR DE QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE URBANA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS EM CAMPINAS-SP<sup>3,4</sup>**

PAC as a generator of quality of life and urban health: Report of Experiences in Campinas-SP

**ROCHA, Daniel Pereira**

Aluno da Disciplina Promoção da Saúde e Desenvolvimento Urbano do Curso de Pós-graduação da FEC/UNICAMP

**PARNAIBA, Joseane Maria**

Aluna da Disciplina Promoção da Saúde e Desenvolvimento Urbano do Curso de Pós-graduação da FEC/UNICAMP

**SILVA, Maria Lúcia**

Aluna da Disciplina Promoção da Saúde e Desenvolvimento Urbano do Curso de Pós-graduação da FEC/UNICAMP

**SPERANDIO, Ana Maria Girotti**

Assessora Acadêmica da Faculdade Jaguariúna (FAJ), Professora Colaboradora da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Campinas (UNICAMP) e Pesquisadora do Laboratório de Investigações Urbana - LABINUR/UNICAMP

**FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz**

Professor da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Coordenador do Laboratório de Investigações Urbana – LABINUR/UNICAMP

**Resumo**

Este artigo tem como objetivo relatar as experiências vividas na Cidade de Campinas - São Paulo, junto às comunidades da região sul, no Entorno do Aeroporto de Viracopos, as quais foram beneficiadas com recursos do PAC –

---

<sup>3</sup> Este artigo foi desenvolvido a partir da Disciplina “Promoção da Saúde no Desenvolvimento Urbano”, em 2011, na Faculdade de Engenharia Civil e Arquitetura – UNICAMP. Professora Responsável: Dra. Ana Maria Girotti Sperandio.

<sup>4</sup> Trabalho apresentado parcialmente na “X [International Conference on Urban Health](#)”, Belo Horizonte, MG (Brasil) em 2011.

Programa de Aceleração do Crescimento, advindo do OGU (Orçamento Geral da União).

A oportunidade também se faz presente, de enfatizar a importância do Estatuto das Cidades, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, tanto quanto o Plano Diretor do município como um instrumento de diretrizes da política urbana. Relata-se como o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento está sendo desenvolvido em Campinas; os recursos financeiros recebidos do OGU e sua aplicação, especificamente nas obras e ações sociais desenvolvidas no Entorno do Aeroporto de Viracopos.

Sucintamente, descrevem-se os dois focos principais da ação do Programa, ou seja, obras físicas e trabalho técnico social e os seus objetivos, a definição da SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação - como gestora dos projetos, a formação de um sistema de parcerias envolvendo a maioria das Secretarias na Prefeitura Municipal de Campinas, e os desafios enfrentados na realização do trabalho multidisciplinar.

Procura-se descrever as principais obras no perímetro de ação do Programa, a composição dos bairros e as características da região e da população da área estudada.

Na seqüência, a fim de dar visibilidade ao objetivo do projeto quanto às mudanças de paradigma, o trabalho expõe de forma resumida, a implementação das políticas públicas, através da aplicação dos recursos advindos do orçamento geral da união, que possibilitaram as ações do PAC em Campinas.

Concluindo, esse relato procura apontar resultados e alterações positivas possíveis, no cotidiano das comunidades atendidas com o advento do PAC, acreditando serem estes os motivos que incentivaram o relato. Esses apontamentos foram colocados em uma série de fotografias, relatando a execução do projeto, do início á atual fase, que por sua vez, foram enriquecidos com os conhecimentos adquiridos na disciplina “Promoção da Saúde no Desenvolvimento Urbano”.

**Palavras-chaves:** Planejamento urbano; Intersetorialidade; Governança.

**Abstract**

This article aims at reporting their experiences in the city of Campinas, São Paulo, near the communities of the southern region, in the surrounding area of Viracopos Airport, which have been benefited from resources of the PAC - Growth Acceleration Program, from OGU (General budget of the Union). The opportunity is also present, to emphasize the importance of the City Statute, which regulates articles 182 and 183 of the Federal Constitution of 1988, as well as the Master Plan of the municipality in ensuring the implementation and execution of the jobs. Report as PAC - Growth Acceleration Program was initiated in Campinas, the funds received OGU - General budget of the Union and its application, specifically in the works and social actions developed in the surrounding areas from Viracopos Airport. Briefly, we describe the two main focuses of the program of action, ie, Infrastructure and Social Work Forum and its objectives; SEHAB-The definition of the Municipal Housing Authority, as manager of projects, the formation of a partnership system involving most Departments in the Municipality of Campinas, and the challenges faced in the realization of multidisciplinary work. We have described the major works on the perimeter of the action of the Program, the neighborhoods compositions and the characteristics of the region, and population in the Vicinity of the Viracopos Airport. Subsequently, in order to give visibility to the project goal, as changes in the paradigm, the article presents a summary of the implementation of public policy, through application of the proceeds from the general union budget, made possible with the action of PAC in Campinas. In conclusion, this report seeks to highlight results and positive changes possible in the daily life of the communities served by the advent of the program, believing that these are the reasons that encouraged the report. These notes were placed in a series of photographs, in a description of how to report the execution of the project, will start the current phase, were enriched with the knowledge acquired in the course "Health Promotion in Urban Development".

**Keywords:** Urban planning, Intersectoriality, Governance

## **Introdução**

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC é um plano do governo federal que visa estimular o crescimento da economia brasileira, através do investimento em obras de infraestrutura (habitação, portos, rodovias, aeroportos, esgotamento sanitário, geração de energia, hidrovias, ferrovias, etc). O PAC foi lançado pelo governo federal em 28 de janeiro de 2007, na sua primeira fase. Em 2010 ocorreu a revisão do programa sendo lançado o PAC 2, tendo como eixo a infraestrutura social, saneamento básico, habitação, transporte, meio ambiente, desoneração tributária e medidas fiscais, entre outros. (MINISTÉRIO DA CIDADE, 2007).

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL,1988), em seu artigo 182, trata da Política de Desenvolvimento Urbano, executada pelo poder público municipal que, conforme diretrizes gerais fixados em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.

O artigo 183, da Constituição Federal de 1988, trata do usucapião urbano, tema também relacionado à Política de Desenvolvimento Urbano. Visando regulamentar o capítulo da política urbana, no ano de 2010 foi aprovado o Estatuto da Cidade, por meio da Lei 10.257 (BRASIL, 2002).

O Estatuto da Cidade (BRASIL, 2002) traz em seu bojo uma série de instrumentos que, sendo implementados, poderão fazer com que a terra, enquanto propriedade urbana cumpra sua função social, o mesmo tempo em que preconiza a importância da elaboração do Plano Diretor Municipal, que é um instrumento legal. Este deverá buscar garantir o acesso a terra urbanizada e à regularização fundiária, ao mesmo tempo o direito à moradia e aos serviços urbanos. Ressalta-se que o Plano Diretor, além de ser um instrumento de controle do uso de solo, busca introduzir o desenvolvimento sustentável das cidades.

Para os municípios com mais de 20 mil habitantes é obrigatória à elaboração do Plano Diretor, com a participação da sociedade civil organizada. Desta forma Campinas promoveu, recentemente, adequação do seu Plano Diretor que visa o crescimento sustentável do município.

*“Os Planos Diretores como instrumento de ordenação territorial, não são “peças” fechadas, como um projeto arquitetônico ou uma obra e engenharia. Sua principal característica é ser aberto, e seu desenvolvimento ser contínuo e permanente. Cada ação implementada visa a um determinado resultado, e esta pode mudar se não estiver em consonância com o esperado. Essa qualidade flexível é que dá aos Planos Diretores sua personalidade de instrumento ordenador do espaço urbano e permite aos gestores adequar os recursos disponíveis à medida que a cidade cresce”. (SPERANDIO; SERRANO, 2010 p. 173).*

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, teve início na cidade de Campinas, em 2007, com a construção de cento e oitenta e cinco (185) unidades habitacionais, no Entorno do Aeroporto de Viracopos, e duzentas e dez (210) na região do “Anhumas”, respectivamente nas regiões sul e leste da cidade, com a obrigatoriedade de execução do PTTS - Projeto de Trabalho Técnico Social, apresentado a Caixa Econômica Federal em maio de 2008.

Recebe um orçamento de R\$ 1.141.071,68 recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e contrapartida da Prefeitura de R\$ 285.267,92. Trata-se de somente no Entorno do Aeroporto de Viracopos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, SEHAB, PTTS, 2008).

O PAC nessa região possui duas vertentes básicas: as obras de infraestrutura (incluindo os equipamentos públicos e as Unidades Habitacionais), e o trabalho técnico social. O segundo possui como objetivo implementar ações multidisciplinares recursos aplicados, que promovam melhoria das condições de vida das famílias direta e indiretamente atingidas, ou seja, famílias diretamente beneficiadas com unidades habitacionais, e famílias beneficiadas de outras formas, através das obras de infraestrutura e saneamento básico, em construção e ou concluídas.

Essas ações pretendem também despertar o exercício da cidadania, proporcionando às famílias o acesso à documentação: Certidão de nascimento, registro de identidade, e endereço oficial, assim como, e tão importante quanto, a inclusão e participação nos organismos de controle social, quais sejam os Conselhos Locais de Saúde, Habitação, Idoso, Criança e Adolescente, e Assistência Social.

Quando da implantação do PAC/Viracopos, com a construção das unidades habitacionais e o PTTs (Projeto de Trabalho Técnico Social), após várias discussões entre as diversas secretarias municipais, coube à SEHAB (Secretaria Municipal de Habitação) a gestão do Projeto.

Considerando que o projeto tem por objetivo um trabalho multidisciplinar, o Poder Executivo nomeou dois representantes de cada secretaria e autarquias para compor o grupo executivo do Projeto, ou seja, a definição de um sistema de parceria envolvendo a SEHAB e as secretarias municipais, ou seja, Meio Ambiente, de Cidadania, Assistência e Inclusão Social, Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Cultura, Trabalho e Renda, Obras e infra Estrutura, e duas Autarquias: SANASA (Empresa de Água e Esgoto) e EMDEC (Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas).

Na prática, o trabalho multidisciplinar apresentou-se como um enorme desafio para as secretarias e autarquias envolvidas. O desenvolvimento de um trabalho conjunto entre os chamados "*Parceiros do Projeto*" exigiu e requer até hoje, a superação de deficiências administrativas e de gestão, no âmbito de ação desses entes públicos, e de suas relações com as autarquias e ONGs diversas, no universo de equipamentos públicos que respondem por uma demanda social, na grande metrópole que é hoje a cidade de Campinas.

Os principais desafios foram e são constatados: na deficiência de comunicação entre os parceiros, na manutenção dos objetivos específicos de cada secretaria, que tem que convergir para resultados em comum, nas diferenças metodológicas inerentes ao exercício da administração, nas distintas áreas de atuação profissional, que se viram na obrigatoriedade de desenvolverem trabalhos coerentes, e que convergissem para um mesmo

objetivo, e que principalmente promovessem o exercício da cidadania das populações atendidas.

Dentre as obras do PAC do Entorno do Aeroporto de Viracopos destacam-se, além de cento e oitenta e cinco unidades habitacionais, duas unidades básicas de saúde, um espaço multiuso, e o saneamento básico em toda região (rede de água potável e esgotamento sanitário), a construção da estação de tratamento de esgoto, e a questão da acessibilidade e mobilidade urbana. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2008).

Ressalta-se que essa região é composta por 19 bairros no perímetro do Aeroporto de Viracopos. Mas além destas, foram contemplados o complexo de ocupações do Parque Oziel, Vila Taubaté e Jardim Monte Cristo, totalizando vinte e um loteamentos da região sul do município de Campinas.

Este artigo objetiva também descrever e enfatizar os desafios da população atendida pelo PAC-VIRACOPOS em Campinas durante sua implantação.

## **Metodologia**

A metodologia utilizada neste artigo para descrever o processo de implantação do PAC-Aeroporto, em Campinas foi a revisão e pesquisas dos documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Campinas, das atas de reuniões e assembleias realizadas junto às comunidades do PAC-Aeroporto, série fotográfica de antes e depois da implantação do PAC e dos resultados do “Biomapa”, trata-se de um instrumento de pesquisa que foi aplicado junto às comunidades atendidas, um questionário com perguntas fechadas de múltipla escolha, utilizado nas visitas domiciliares durante o desenvolvimento do projeto no ano de 2011.

Para relatar as mudanças no território e nas pessoas que foram contempladas com as novas características urbanas foram considerados os conceitos de governança, intersetorialidade e planejamento urbano saudável.

Em relação à Governança foi o adotado neste artigo o parágrafo abaixo, intenção de relatar as conquistas relacionadas à melhoria da qualidade de vida, por eles, no exercício da cidadania, e na construção de um ambiente mais saudável para moradia.

*O desafio proposto nos paradigmas normativos do “bom governo”, próprios da “Governança”, e que delimitam as regras da colaboração, não constitui apenas um ideal abstrato, mas uma maneira pragmática de mediar os diferentes interesses presentes na sociedade, desenvolvendo modos de convivência civil, com o aperfeiçoamento das formas de colaboração política e social. Tem, portanto caráter moral, já que essas modalidades inscrevem-se em formas de requalificação do sentido emprestado a democracia como valor, orientando o que fazer como fazer e com quem fazer, ou seja, os limites das práticas efetivas das forças sociais. (IVO, 2002).*

Como Intersetorialidade, adotou-se a definição de Injosa, 1997, como “a articulação de saberes e experiências no planejamento, a realização e a avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando a um efeito sinérgico no desenvolvimento social” (INJOSA, 1997).

E para o Planejamento Urbano Saudável entende-se que são ações e planos que tornem a Cidade, um local “bom de se viver”, que contemple as premissas da Organização Mundial da Saúde que pontua o planejamento urbano como fundamental para uma vida saudável e ainda propõe medidas que conduzem as melhores condições de moradia; a Governança participativa; Locais inclusivos, acessíveis e resistentes a desastres e emergências (WHO, 2010).

### **PAC-Viracopos e suas Características Básicas**

A população beneficiada pelo PAC-Viracopos é oriunda, em sua maioria, de ocupações e favelas que se formaram na mesma região objeto de intervenção.

Grande parte da população caracteriza-se na faixa de renda de um a 3 (três) salários mínimos, na faixa etária com predominância jovem, baixa escolaridade, e conseqüentemente, baixa qualificação profissional. Em sua maioria, trabalham como pedreiro, empregadas domésticas, faxineiras/diaristas, serventes e trabalhadores rurais. Um dado importante é que, na maioria dessas famílias, a mulher é a provedora do lar. (Projeto Técnico Social do PAC do Entorno do Aeroporto de Viracopos, 2008).

O Projeto busca mudança de paradigma, por isso vai além da construção da unidade habitacional, e tem um olhar para as famílias que, ao serem beneficiadas com habitação popular, necessitam de um conjunto de políticas sociais. Para isso torna-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas saudáveis que respondam às questões relativas às necessidades básicas das mesmas.

*As ações conjuntas contribuem para assegurar bens e serviços mais seguros e saudáveis, serviços públicos saudáveis e ambientes mais limpos e desfrutáveis. A política de promoção da saúde requer a identificação e a remoção de obstáculos para a adoção de políticas públicas saudáveis nos setores que não estão diretamente ligados à saúde. O objetivo maior deve ser indicar aos dirigentes e políticos que as escolhas saudáveis são as mais fáceis de realizar. (CARTA DE OTTAWA, MS 2001, p. 19).*

Essa região foi escolhida pelo poder público municipal, exatamente por apresentar-se como uma das maiores áreas socialmente vulneráveis da cidade de Campinas. As famílias em atendimento residem em áreas de risco iminente, encostas, beira de córregos, fruto de uma ocupação urbana desordenada por falta de um planejamento urbano eficiente.

Diante do exposto, um significativo número de pessoas e famílias, demanda do atendimento público um planejamento contínuo junto com as políticas sociais, tais como a gestão de trabalho e renda, o acesso à saúde básica, preventiva e promocional, acesso a educação, a atividades culturais, ao lazer e esporte, com uma atenção especial ao desenvolvimento de um ambiente saudável, e a mobilidade urbana.

Visando garantir a implementação das políticas públicas saudáveis, com os recursos do orçamento geral da união, através do PAC viabilizou – se a construção de toda rede de saneamento básico da região, bem como as elevatórias de tratamento de esgoto, água tratada a todas as unidades habitacionais, drenagem e pavimentação dos itinerários dos ônibus, a construção das Unidades Básicas de Saúde, equipamentos de atendimentos descentralizados aos cidadãos (Espaço Multiuso), através dos CRAS – Centro de Referencia de Assistência Social, e o Centro de Cultura, Esporte e Lazer.

A partir do momento que os beneficiários tomam posse de suas novas residências, notamos uma redução, no que diz respeito aos interesses da população por outros assuntos e outras questões, que não sejam o da moradia, propriamente dito.

O conformismo e os interesses individuais aparecem como dificultadores no processo de desenvolvimento das comunidades, e na dinâmica da vida social dessas famílias. Dificulta-se, por exemplo, um trabalho em curto prazo, no que diz respeito à organização comunitária, como convivência em condomínio, o fortalecimento das “Associações de Bairros”, e de outras atividades onde se torna imprescindível à participação e o envolvimento das famílias beneficiárias de forma mais efetiva.

As informações acima apresentadas possuem como embasamento a experiência e vivência de 3 (três) dos autores deste trabalho durante vários anos com as comunidades atingidas pelo Projeto. Porém, longe de colocar essa ocorrência como algo que fatalmente irá inviabilizar o sucesso das intervenções, direciona-se o trabalho social, no sentido do desenvolvimento das potencialidades da população, acreditando na superação desses “dificultadores” por parte das comunidades.

Tanto porque, nota-se também, o despertar de um sentimento de pertencimento nestas mesmas comunidades. Isso é real, tanto que se arrisca afirmar que a médio e em longo prazo, a ação integrada, e multiprofissional, em desenvolvimento no processo de remanejamento das famílias, tem propiciado relativos ganhos na questão da autonomia, no exercício da cidadania e no fortalecimento da “Governança” na vida das comunidades.

Nas Figuras 1, 2, 3 e 4 apresentam-se: As primeiras visita “in loco” às famílias-alvo do Programa, o desenvolvimento das obras, a assembléia geral dos beneficiários, e a entrega das unidades habitacionais.

**Figura 1 – Cadastramento dos moradores.**



Fonte: Arquivo pessoal

Após a realização da ficha de cadastro das famílias, através da visita “in loco”, esses moradores passam a ser acompanhados durante todo o processo da ação, não só pelos Assistentes Sociais do Projeto PAC-Viracopos, como também pela “Rede de Assistência Local”, através de um sistema de “Acolhimento Social”.

**Figura 2 – Fase intermediária do desenvolvimento das obras físicas.**



Fonte: Arquivo pessoal

Durante as construções das unidades habitacionais, forma-se a CAO – Comissão de Acompanhamento das Obras. Composta por representantes das famílias cadastradas, os membros que são também beneficiários do empreendimento, fiscalizam e acompanham os trabalhos da construtora responsável, reunindo-se mensalmente com a arquiteta da SEHAB (Secretaria Municipal de Habitação) e com os assistentes sociais da equipe do Projeto.

**Figura 3 – Assembleia de Sorteio das unidades habitacionais do “Jardim Marisa II”.**



Fonte: Arquivo pessoal

As Assembleias Gerais acontecem sempre que os beneficiários precisam tomar decisões relativas ao processo de remanejamento, e ou a situações específicas que envolvem as construções das unidades habitacionais. É na Assembléia Geral que se realiza o sorteio das casas, assim que ocorre o término das obras.

**Figura 4 – Entrega das unidades habitacionais após a realização da Assembléia de Sorteio.**



Fonte: Arquivo pessoal

Na seqüência efetiva-se a entrega das casas, após a realização da vistoria, por parte dos arquitetos e engenheiros responsáveis, em conjunto com os beneficiários. O auxílio dispensado as famílias, nesse momento, vai além do transporte dos bens e objetos pessoais. Todos os profissionais envolvidos na ação se articulam em um trabalho conjunto, a fim de dar conta das necessidades de atendimentos, que vão desde a intervenção e apoio a soluções de conflitos familiares aos de ordem física, como problemas na construção civil e obras de infraestrutura que precisam ser resolvidas ou encaminhadas a contento.

### **Resultados e Discussões**

Acredita-se que o PAC-Campinas vem propiciando uma grande aprendizagem aos técnicos e aos profissionais envolvidos no projeto, pois o grande desafio de realizar um trabalho multidisciplinar trouxe ganhos ao Poder Público e principalmente as comunidades atendidas. Percebe-se isso através

das reuniões, das assembléias, das visitas domiciliares, e dos atendimentos sistemáticos efetuados junto aos moradores.

Atualmente, 185 famílias, moradoras em áreas de risco, preservação ambiental e de outros terrenos públicos, em Campinas/SP, vêm garantindo a possibilidade de adquirirem a casa própria, documentada, de preferência no nome da mulher, e de vivenciar um sentimento de pertencimento, aos locais onde muitas famílias já possuíam uma história de vida, mas conviviam com as incertezas e inseguranças típicas de um meio ambiente que não oferecia as condições mínimas de habitação.

O fato de as construções das unidades habitacionais terem sido realizadas no mesmo perímetro urbano onde essas famílias residiam, tem facilitado o processo de “re-assentamento”, permitindo a manutenção de um “nível de aceitação”, por parte da população alvo do projeto, favorável, com relação ao remanejamento habitacional propriamente dito, mas também com as propostas de ações e atividades sociais que são oferecidas para as comunidades, e que compõem um importante instrumental técnico no exercício do serviço social realizado durante todo o processo de intervenção.

Do total de famílias em remanejamento, no Entorno do Aeroporto de Viracopos, oitenta e cinco (85) já foram “reassentadas”, e encontra-se em um período denominado de “Período pós-ocupação”, ou seja, estão retomando a dinâmica da vida em comunidade no Empreendimento Habitacional “Jardim Marisa II”.

Os resultados da aplicação do instrumental Biomapa, apresentados abaixo são parciais, mas apesar da mesma encontra-se em andamento, já fornece importantes dados para o levantamento dos resultados do projeto.

De um universo de 70 famílias entrevistadas 55, que representam 78,5% desse universo responderam positivamente quanto às mudanças que a ação do PAC promoveu em suas vidas; No que se referem à questão da participação 38 famílias entrevistadas, que representam 54,2%, tem participado das ações coletivas desenvolvidas. Na questão da saúde pública 38 famílias, representando 48,5% do universo, apresentaram preocupação com as questões ambientais.

Percebe-se que a questão do envolvimento, da participação e do interesse dessas famílias em relação às decisões que necessitam de intervenção, nesse momento, ainda estão tímidas, pois entende-se que o interesse individual em detrimento do “coletivo” poderá ocasionar o surgimento de grandes desafios para o desenvolvimento saudável dessa comunidade, mas acredita-se num maior engajamento, e participação da população, a médio e longo prazo, considerando o atual processo hegemônico, aos quais estão submetidos.

Contudo, a convivência com uma nova realidade habitacional, onde se fazem presentes infraestruturas básicas capazes de dar acesso a essa população aos seus direitos básicos, como o da moradia digna, e a qualidade sanitária necessária à promoção da saúde, estão despertando na vida dos beneficiários do empreendimento “Jardim Marisa II” o sentimento de pertencimento, que por sua vez, poderá contribuir para o surgimento da “Governança”, e conduzir aos resultados tão esperados por parte do projeto, como a mudança de paradigmas na vida dessa população, e a meta de redução das desigualdades sociais, através da melhoria das condições de vida dos estratos sociais economicamente mais vulneráveis, considerados de extrema importância para o planejamento urbano saudável.

A outra parte da população alvo do projeto, ou seja, os beneficiários das cem (100) unidades habitacionais do empreendimento “Vida Taubaté”, encontra-se ainda em uma fase anterior, ou seja, estão aguardando o término das construções das casas.

Porém, a questão do sentimento de pertencimento a esses beneficiários também já é perceptível, por meio de constatações muito claras. Esse local era conhecido também como “um lugar de passagem”, as famílias que a ocupavam raramente permaneciam por muito tempo lá, dada a falta de condições mínimas de sobrevivência. Tanto que o Centro de Saúde do Jardim Carvalho de Moura, que é a unidade de saúde responsável pelo atendimento dessas famílias, mal conseguia montar e arquivar as pastas de prontuário desses moradores.

Atualmente a realidade é bem diferente. Trata-se de cem (100) famílias desfrutando de benefícios como o da acessibilidade, através das obras de

pavimentação e drenagem, a melhoria das condições ambientais mínimas para a promoção da saúde, com o esgotamento sanitário e outras obras em andamento. Estes fatos constataram-se por meio de visitas domiciliares e vistorias técnicas.

Salienta-se que essas duas comunidades, em suas distintas fases de remanejamento habitacional, serão submetidas posteriormente a uma pesquisa pós-ocupação, que será realizada pela equipe do PTTS – Projeto do Trabalho Técnico Social, em cumprimento do cronograma de atividades aprovado pela coordenação. Os beneficiários terão a oportunidade de contribuir, de forma significativa, com o levantamento de dados e informações, que sem dúvida, serão de grande valia, tanto para elas mesmas, como para a elaboração e desenvolvimento de outros projetos na cidade de Campinas.

Considerando as premissas da WHO de 2010 referentes às melhores condições de moradia; a Governança participativa e aos Locais inclusivos acredita-se que o PAC-AEROPORTO trouxe mudanças significativas para o desenvolvimento urbano local e para a vida das pessoas moradoras deste território. Os resultados dos questionários do BIOMAPA, os registros fotográficos de antes e depois do território e as características gerais apontadas pelos profissionais da assistência social que colaboraram com a implantação do projeto, demonstraram as mudanças também no processo de participação e governança.

### **Considerações Finais**

O PAC em campinas/SP visa o planejamento urbano saudável, também por meio da execução de obras físicas como a construção de unidades habitacionais e equipamentos públicos, viabilizando o remanejamento de famílias moradoras em áreas de risco e de proteção ambiental, conseqüentemente a recuperação dos espaços degradados, garantindo o acesso desses moradores às unidades básicas de saúde, à espaços culturais, e ao lazer. Procura-se com isso minimizar o crescimento desordenado e propiciar o processo de regularização fundiária. Porém há de se considerar o

caráter intermediário das ações, já que tanto as obras físicas como as ações sociais encontram-se em desenvolvimento. O Estatuto das Cidades refere que a “Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbano transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer; para as presentes e futuras gerações. (ESTATUTO DAS CIDADES, 2001).

Neste sentido, o papel multiprofissional que inclui profissionais de diversas áreas como serviço social, técnicos ambientais, agentes de comunicação, arquitetos, engenheiros, educadores culturais, tem sido de suma importância no processo hegemônico das comunidades. Nas regiões atendidas pelo PAC Campinas, ou seja, na Vila Taubaté e Jardim Marisa II, os profissionais buscam contribuir para a mobilização, articulação e organização das comunidades abordando-as de forma integral, fortalecendo o trabalho e as ações da rede sócio-assistencial.

Considerando o visível aumento do sentimento de pertencimento, da melhoria da qualidade de vida, e da felicidade desses moradores, percebe-se atualmente uma mudança de paradigma no cotidiano dessa população, o qual se apresenta em plena expansão no que se refere ao despertar para o exercício da cidadania e para a “Governança”.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. 168 p.

BRASIL. Estatuto da cidade (2002) **Estatuto da cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei no. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de publicações, 2002.

FORMOSO, C. T.; JUNIOR, H. S.; LAMBERTS, R.; ORNSTEIN, S. W.; CARDOSO, F. F. **Ambiente Construído**, vol.11 no.3 Porto Alegre, 2011.

IVO, A. B. L. Recomposição Política, Comunidade Cívica e Governança Urbana. In: **Caderno Metrópole**. S. Paulo: PUC-SP. 2002.

INOJOSA, R. M. Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, FGV, 32(2): 35-48, mar./abr. 1998.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, **LEI Nº 11.578**, de 26 de novembro de 2007, Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Brasília, 26 de novembro de 2007.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, **Instrução Normativa nº08 de março de 2009**, publicado no DOU, em 07/04/08- seção 1, pag 42.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, **Carta de Ottawa**. Primeira Conferência Internacional sobre promoção da saúde; novembro de 1986; Ottawa; Ca. In: Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. Declaração de Alma-Ata; Declaração de Adelaide; Declaração de Sundsvall; Declaração de Santafé de Bogotá; Declaração de Jacarta; Rede de Megapaíses; Declaração do México. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2001. p. 19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Projeto técnico social do entorno do aeroporto de Viracopos, município de Campinas**. Documento Elaborado pela Secretaria Municipal de Habitação, 2008.

SPERANDIO, A. M. G.; SERRANO, M. M. **O processo de entendimento, construção e implantação do Plano Diretor**. Volume1, Campinas, 2006, Organização Pan-americana da Saúde. p.15.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Media centre**. Urban planning essential for public health. News release. 2010. Disponível em: <[http://www.who.int/mediacentre/news/releases/2010/urban\\_health\\_20100407/en/index.html](http://www.who.int/mediacentre/news/releases/2010/urban_health_20100407/en/index.html)>. Acesso em: 01 ago. 2012.

## Contato

Daniel Pereira

[dmpkrj@yahoo.com.br](mailto:dmpkrj@yahoo.com.br)